



FACULDADE DE EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE

CAMILA VICENTE AUGUSTO

**EDUCAÇÃO FÍSICA E PORTADORES
DE NECESSIDADES ESPECIAIS**

ARIQUEMES – RO

2014

Camila Vicente Augusto

**EDUCAÇÃO FÍSICA E PORTADORES
DE NECESSIDADES ESPECIAIS**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Educação Física da Faculdade de Educação e Meio Ambiente – FAEMA, como obtenção do grau de Licenciada em Educação Física.

Profº. Orientador: Esp. Oliveira Lima de Melo.

ARIQUEMES – RO

2014

Camila Vicente Augusto

**EDUCAÇÃO FÍSICA E PORTADORES
DE NECESSIDADES ESPECIAIS**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Educação Física da Faculdade de Educação e Meio Ambiente – FAEMA, como obtenção do grau de Licenciada em Educação Física.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profº. Orientador Esp. Oliveira Lima de Melo

Faculdade de Educação e Meio Ambiente - FAEMA

Profº. Ms. Mario Mecenas Pagani

Faculdade de Educação e Meio Ambiente - FAEMA

Profº. Esp. Anderson Rodrigues Moreira

Faculdade de Educação e Meio Ambiente - FAEMA

Ariquemes, 27 de Junho de 2014

“A Educação qualquer que seja ela, é sempre uma teoria no conhecimento posta em prática.”

“Paulo Freire”

AGRADECIMENTOS

Agradeço Primeiramente a **Deus**, pois Deus Saúde e Força para eu poder Caminhar.

Dedico a todos aqueles que sempre acreditaram no meu potencial.

A minha mãe que sempre me deu forças para estudar, meu pai que me apoiou e me apoia, aos meus irmãos que sempre estiveram ao meu lado me dando forças para não desistir.

Dedico aos meus amigos que me ajudaram e não me abandonaram nas horas difíceis

“Ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção com o mundo.”

“Paulo Freire”

RESUMO

A inclusão de crianças com necessidades especiais nas aulas de Educação Física escolar é um desafio a ser vencido pela escola, pois promove, além da integração e socialização, o respeito as diferenças. Para proporcionar um ensino de qualidade é relevante que se conheça as deficiências, e para que haja inclusão, é preciso adaptar as atividades como forma de benefício à todos. A Educação Física contribui para o processo inclusivo nas escolas regulares, e permite a relação entre crianças, estabelecendo a troca de experiências. Promover a acessibilidade no ambiente construído é proporcionar condições de mobilidade, com autonomia e segurança, eliminando as barreiras arquitetônicas e urbanísticas nas cidades, nos edifícios, nos meios de transporte e de comunicação. Isto constitui um direito universal resultante de conquistas sociais importantes, que reforçam o conceito de cidadania. Para a elaboração deste estudo foi realizado, uma pesquisa bibliográfica através da busca nos *Site on-line* e nas bases de dados dos serviços dos Periódicos CAPES, Scielo, Google e periódicos científicos e livros, que abordam os assuntos em questão, os quais possibilitaram elevar a compreensão sobre importância das aulas de Educação Física no ensino Infantil. É papel do professor de Educação Física desenvolver os aspectos físico e mental do seu aluno, promover a interação dele com os outros colegas, adaptar atividades para que este aluno participe das aulas. A contribuição do processo de inclusão não traz conhecimentos só para alunos com necessidades especiais, mas traz experiências também para colegas e professores.

Palavras-chave: Inclusão, Acessibilidade e Conforto, Educação Física.

ABSTRACT

The inclusion of children with special needs in school physical education classes is a challenge to be met by the school, it promotes, and the integration and socialization, respect the differences. To provide a quality education that is relevant to know the weaknesses, and that there is inclusion, we must adapt the activities as a form of benefit to everyone. Physical Education contributes to the inclusive process in mainstream schools, and allows the relationship between children, establishing the exchange of experiences. Promote accessibility in the built environment is to provide mobility conditions, with autonomy and security, eliminating architectural barriers and urban planning in cities, in buildings, transport and communication. This is a universal law resulting from major social achievements that reinforce the concept of citizenship. For the preparation of this monograph will be performed in the present study, a literature that will be widely applied by finding us online Sait and in the databases of the services of CAPES journals, SciELO, Google and scientific journals and books, which deal the issues in question, which enabled to increase the understanding of the importance of physical education classes in school Children. It is the role of the physical education teacher develop the physical and mental aspects of your student, promote interaction with his colleagues, adapting activities for this student to participate in lessons. The contribution of the inclusion process not only brings knowledge to students with special needs, but also brings experience to classmates and teachers.

Key - words: Inclusion, Accessibility and Comfort.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
2 OBJETIVOS.....	12
2.1 Objetivos Geral	12
2.2 Objetivos Específicos	12
3 METODOLOGIA	13
4 REVISÃO DE LITERATURA	14
4.1 INCLUSÃO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA.....	14
4.1.1 Definindo que é Portadores de Necessidade Especiais	14
4.1.2 Como a Educação Física pode Incluir os Portadores	15
4.1.3 Ambientes físicos com Acessibilidade para Portadores de Necessidade Especiais	18
4.1.4 Aulas de Educação Física como mecanismo de Inclusão	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
REFERÊNCIAS.....	25

INTRODUÇÃO

A inclusão de crianças com necessidades especiais nas aulas de Educação Física escolar é um desafio a ser vencido pela escola e sociedade, uma vez que objetiva a educação para todos, além de estimular a convivência com as crianças. O conceito de educação inclusiva se dá por alguns aspectos como, compartilhar o mesmo espaço físico, integração na sociedade, adaptações no ensino, participação de todos nas aulas e o direito a educação (SANT´ANA, 2005).

O assunto inclusão de crianças com necessidades especiais na escola regular é difícil para professores e para a comunidade. O aspecto da universalização e uniformização pedagógica tem impossibilitado o trabalho do professor no contexto individual e o convívio com as diferenças. A criança com necessidade especial é vista com mais atenção e cuidado, o que, começando pela família pode diferenciar das outras crianças (FALKENBACH et. al., 2007).

Há vários fatores que influenciam na inclusão de pessoas com deficiências. No âmbito da Educação Física pode-se trabalhar de várias formas que contribuem para o processo de inclusão, como adaptar atividades que contribua para interação entre todos os alunos (SILVA et. al., 2009).

Essa exclusão deve ser trabalhada para que seja transformada em inclusão, trazendo assim uma melhoria na qualidade de vida das pessoas (AZEVEDO et. al., 2004).

A política inclusiva de alunos deficientes na escola serve para desenvolver potenciais, respeitando as diferenças e atendendo suas necessidades. A escola deve criar espaços que propiciem a inclusão, comprometendo-se com uma educação de qualidade para todos os alunos, para que se atinja os objetivos educacionais (BRASIL, 2001).

A maior parte dos ambientes sejam construídos ou não, apresenta barreiras visíveis e invisíveis. Constituem-se barreiras visíveis os impedimentos concretos, entendidos como a falta de acessibilidade dos espaços. As invisíveis compõem a forma como as pessoas são vistas pela sociedade, na maior parte das vezes representada pelas suas deficiências e não pelas suas potencialidades.

De acordo com Moraes (2007), promover a acessibilidade no ambiente construído é proporcionar condições de mobilidade, com autonomia e segurança,

eliminando as barreiras arquitetônicas e urbanísticas nas cidades, nos edifícios, nos meios de transporte e de comunicação. Isto constitui um direito universal resultante de conquistas sociais importantes, que reforçam o conceito de cidadania.

Um espaço construído, quando acessível a todos, é capaz de oferecer oportunidades igualitárias a todos seus usuários. No entanto, a maioria das cidades é construída e modificada desconsiderando a diversidade, como observaremos mais adiante (MORAES, 2007).

A dificuldade de acesso, ao contrário do que muitos imaginam, não se restringe apenas aos usuários de cadeira de rodas. Existem aqueles que possuem mobilidade reduzida temporária, gerada por fatores como idade, gravidez, deficiência auditiva ou visual.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVOS GERAL

Descrever a importância da inclusão dos alunos com necessidade especiais nas aulas de Educação Física.

.

2.2 OBJETIVO ESPECÍFICO

- Descrever o Portador de Necessidade Especiais;
- Demonstrar a importância do ambiente físico para os portadores de Necessidade Especiais;
- Destacar a importância da Educação Física como mecanismo de Inclusão.

3 METODOLOGIA

Para a elaboração desta monografia foi realizado uma escolha de revisão Bibliográfica por meio de levantamento de material que surgiu a necessidade de se discutir uma temática muito importante.

Foi realizado no presente estudo, uma pesquisa bibliográfica que vai ser amplamente aplicada através da busca nos *Sait on-line* e nas bases de dados dos serviços dos Periódicos CAPES, Scielo, Google e periódicos científicos e livros, que abordam os assuntos em questão, os quais possibilitaram elevar a compreensão sobre importância da inclusão nas aulas de Educação Física. .

4 REVISÃO DE LITERATURA

4.1 INCLUSÃO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

4.1.1 Definindo o que é Portadores de Necessidade Especiais

Necessidades especiais é definido como carência ou deficiência de uma ou mais capacidades, condição de todos os seres humanos, que, em alguns, causa uma sensação de fadiga e sofrimento particularmente intensa, a ponto de o corpo social promulgar leis para a sua integração, mas, ao mesmo tempo, preferir esconder ou favorecer o desaparecimento do sujeito difícil de integrar (BOARIM, 2007).

Para Silva (2001), quem são as pessoas deficientes, o termo "pessoa deficiente" serve apenas para caracterizar pessoas que diferem do resto devido a suas disfunções físicas, sensoriais, orgânicas ou mentais, ou, por outra definição, são aquelas pessoas que nasceram com ou adquiriram um déficit intelectual, físico ou orgânico - o que não as impede de serem respeitadas enquanto cidadãos com direitos e deveres.

Para Boarim (2007), as necessidades especiais são incapacidades, do portador, de realizar as atividades próprias do seu nível de desenvolvimento. Podem ser deficiências físicas ou mentais, também conhecidas como atrasos de aprendizagem. Há uma crescente consciência sobre as dificuldades das pessoas portadoras de necessidades especiais, havendo cada vez mais ferramentas para ajudá-las a suprir numerosas carências; ao mesmo tempo, há também uma clara censura na mídia sobre as temáticas da deficiência: ela afeta milhões de pessoas, mas tem pouco espaço nos meios de comunicação

Silva (2008), diz que a censura está ligada à dificuldade de se conceber como totalmente "nossos" aqueles que têm uma clara dependência dos outros, na sociedade pós-moderna baseada no mito da autonomia e da independência. Esta censura também se reflete no tratamento ruim de saúde que as pessoas com deficiência recebem, especialmente as pessoas com deficiência mental, mesmo nas nações autoproclamadas civilizadas.

O sofrimento das pessoas com deficiência depende do ambiente, mais do que da doença: muitas vezes, o ambiente favorece o sofrimento do doente. A pessoa

com deficiência tem o direito à saúde, como as outras: o direito à saúde é intrínseco à pessoa, e os portadores de deficiências podem ser saudáveis, isto é, ter a sua saúde satisfeita, desde que haja um compromisso social real e contínuo (SILVA, 2001).

4.1.2 Como a Educação Física pode incluir os portadores

Segundo Bueno e Resa (1995), a Educação Física Adaptada para portadores de deficiência não se diferencia da Educação Física em seus conteúdos, mas compreende técnicas, métodos e formas de organização que podem ser aplicados ao indivíduo deficiente. É um processo de atuação docente com planejamento, visando atender às necessidades de seus educandos.

Educação Física na escola se constitui em uma grande área de adaptação ao permitir, a participação de crianças e jovens em atividades físicas adequadas às suas possibilidades, proporcionando que sejam valorizados e se integrem num mesmo mundo. O Programa de Educação Física quando adaptada ao aluno portador de deficiência, possibilita ao mesmo a compreensão de suas limitações e capacidades, auxiliando-o na busca de uma melhor adaptação (CIDADE; FREITAS, 1997).

Segundo Pedrinelli (1994), todo o programa deve conter desafios a todos os alunos, permitir a participação de todos, respeitar suas limitações, promover autonomia e enfatizar o potencial no domínio motor. A autora coloca que o educador pode selecionar a atividade em função do comprometimento motor, idade cronológica e desenvolvimento intelectual.

Na escola, os educandos com deficiência leve e moderada podem participar de atividades dentro do programa de Educação Física, com algumas adaptações e cuidados. A realização de atividades com crianças, principalmente aquelas que envolvem jogos, devem ter um caráter lúdico e favorecer situações onde a criança prenda a lidar com seus fracassos e seus êxitos. A variedade de atividades também prevê o esporte como um auxílio no aprimoramento da personalidade de pessoas portadoras de deficiência (BUENO; RESA, 1995). As crianças com algum nível de deficiência (auditiva, visual, física e mental) podem participar da maioria das atividades propostas.

A proposta pedagógica da Educação Física parte do princípio em que um dos objetivos gerais do ensino Fundamental, é fazer com que a criança através de atividades corporais conheça a si próprio e aos outros e principalmente que respeite as individualidades, com isso os blocos de conteúdo a serem trabalhados no ensino fundamental segundo os PCNs (1998) são esportes, jogos, lutas e ginástica; Atividades rítmicas e expressivas; Conhecimento sobre o corpo (BRASIL, 1997).

De acordo com Oliveira (2002), o conhecimento sobre o corpo tem como finalidade através das atividades que dão aos alunos informações sobre o seu próprio corpo, sua estrutura física e interação com o meio social em que vive. Já os esportes, jogos lutas e variações de ginástica visam transmitir informações históricas sobre as origens, características de cada uma dessas práticas e a importância de valoriza-las. As atividades rítmicas e expressivas são manifestações que combinam expressões e sons, como danças, mímicas e brincadeiras cantadas. Por meio delas o aluno caracteriza diferentes movimentos expressivos, sua intensidade e duração.

Para Fernandes e Júlio (2010), a prática dessas atividades não impede que os alunos portadores de necessidades especiais às executem, apesar de suas limitações, pois elas são benéficas a essas crianças principalmente no desenvolvimento de suas capacidades perceptivas, afetivas, de integração e inserção social, para sua futura independência.

Nos é apresentado os “Parâmetros Curriculares Nacionais com Adaptações Curriculares: Estratégia para a Educação de Alunos com Necessidades Especiais” (1999) que diz:

Consistem em adaptações individuais dentro da programação regular, considerando se os objetivos, conteúdos e os critérios de avaliação para responder às necessidades de cada aluno. São exemplos de estratégias adaptativas: Adequar os objetivos, conteúdos critérios de avaliação, o que implica modificar os objetivos, considerando as condições do aluno em relação aos demais colegas;”(PCN,1999, p.50)

LINHARES (1994) sugere que haja nas aulas de Educação Física uma integração combinada (aulas Paralelas), que irão funcionar junto as aulas principais, sendo que dependendo do grau de deficiência dos alunos eles irão se integrando as aulas principais.

De acordo com Cruz (1997), assim sendo uma mesma aula os objetivos e os conteúdos serão diferentes para grupos diferentes, é claro que na Educação Física os alunos portadores de necessidades especiais não irão fazer todas as atividades efetivamente.

A avaliação dos alunos portadores de necessidades especiais, nas aulas de Educação Física não pode ser da mesma forma, que dos outros alunos, até mesmo porque esses apresentam várias dificuldades de ordem psíquica, física, motora, sensorial e até mesmo emocional, devido as suas deficiências, e nem sempre estão predispostas a executarem as atividades que as outras crianças, então aptidão física que é um dos objetivos a ser avaliado nas aulas neste caso fica banido, apesar dos PCNs: Adaptações Curriculares (1999) diz que:

“Quanto à promoção ou retenção dos alunos que apresentam necessidades especiais, o processo avaliativo deve seguir critérios adotados aos demais ou adotar adaptações quando necessárias.” (PCN, 1999. p.58)

O papel da Educação Física dentro de uma Educação Inclusiva nos faz refletir que é possível, mas é preciso querer e estar disposto a modificar a concepção da sociedade e a nossa própria forma de ver o mundo.

Se aproximar desse indivíduo, e entende-lo com suas especificidades e suas dificuldades individuais - incluindo sua deficiência. E aí sim junto com ele, criar um programa individual de integração que atenda às suas necessidades, possibilidades e desejos. Não podemos carrega-lo no colo, podemos apenas ajuda-lo a percorrer o seu caminho, que no final das contas, será solitário e individual, como o de todos nós.” (GLAT,1995,p.44).

O que é necessário para a Educação Física hoje é auxiliar esses alunos a se desenvolverem, criando para eles uma oportunidade de lazer, prazer e principalmente de bem estar físico e social.

4.1.3 Ambientes físicos com acessibilidade para Portadores de Necessidade Especiais

Figueiredo (2009, p.121), afirma que a Educação é a porta de entrada pra inclusão escolar, sendo “este nível de ensino marcado pelo desenvolvimento das aquisições atitudinais, linguísticas, sociais, afetivas, e psicomotoras, em que os alunos interagem com muito mais facilidade e liberdade.” O ambiente escolar é para qualquer criança o espaço por natureza de interação e socialização de uns com os outros. É nesse espaço que vemos estabelecer a comunicação e sentir a necessidade de se locomover.

Segundo Jannuzzi (2004), a inclusão nos mostra que é preciso a preparação da sociedade para lidar com todas as pessoas, com suas diferenças e semelhanças. E assim é com a escola, que deve estar preparada para todos os alunos, sejam estas pessoas com ou sem deficiências.

De acordo com a lei 10.098/2000 define a acessibilidade como “possibilidade e condições de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação por pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida” (BRASIL, 2005).

Com isso aprendizado de habilidades ganha muito mais sentido quando a criança está em um ambiente compartilhado que permite o convívio e a participação de uns com os outros. A inclusão escolar é a oportunidade que a criança com deficiência física não esteja à parte das atividades, mas realizando normalmente (FIGUEIREDO, 2009).

No Brasil quando se fala de inclusão, deve-se pensar em ambientes acessíveis a todos a partir do desempenho universal (DURAN; PRADO, 2006).

A acessibilidade passa a fazer parte do cenário educacional, no instante em que o direito de ir e vir com autonomia torna-se elemento importantíssimo para auxiliar na inclusão escolar e social (TANAKA, 2006).

Frequentemente, o ato de incluir alunos com deficiência leva em conta a disponibilidade de acesso físico apropriado para receber as pessoas com necessidades especiais por isso a acessibilidade é um aspecto de inclusão.

No entanto, para que este processo inclusivo se efetive, é necessário planejar e melhorar a acessibilidade arquitetônica nas escolas, para proporcionar condições de acesso das pessoas com deficiência física e/ou mobilidade reduzida a todos seus ambientes ou compartimentos (FREITAS et al., 2008).

Para Manzini (2006), a acessibilidade constitui “algo que pode ser observado, implantado, calculado e analisado” ou, também, como formato de criar qualidades de acessibilidade para que as pessoas tenham acesso aos locais em determinadas situações. Para fins de acessibilidade, considera-se barreira qualquer obstáculo que impeça o acesso, a liberdade de locomoção, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação (BRASIL, 2005).

A importância da acessibilidade e a eliminação de barreiras arquitetônicas é um ponto crucial para favorecer a inclusão dos alunos com deficiência física em todos os ambientes da escola, inclusive nos ambientes de prática das aulas de Educação Física. Pensar em Educação Física Escolar é também refletir sobre as potencialidades e possibilidades de movimento de cada aluno, sem priorizar a sua deficiência e/ou suas limitações. (PALMA e WALKER, 2010).

De acordo com Palma e Walker (2010), contudo, a conhecimento espacial vem a demonstrar a importância dos espaços escolares estarem acessíveis para que o aluno com deficiência possa ter acesso a todos os espaços e interagir nas aulas prática de aulas de Educação Física.

A acessibilidade é entendida como sendo: “O local onde o aluno possa desenvolver as capacidades motoras sem riscos”. No entanto, a acessibilidade nos espaços de prática não garante que os riscos de quedas sejam evitados nas aulas de Educação Física, o risco é existente

independentemente da acessibilidade, o que está virá a proporcionar é o acesso ao local e as condições arquitetônicas mínimas para usufruto e permanência no local de qualquer usuário (PALMA; WALKER, 2010).

Segundo Moraes (2007), promover a acessibilidade no ambiente construído é proporcionar condições de mobilidade, com autonomia e segurança, eliminando as barreiras arquitetônicas e urbanísticas nas cidades, nos edifícios, nos meios de transporte e de comunicação. Isto constitui um direito universal resultante de conquistas sociais importantes, que reforçam o conceito de cidadania.

4.1.4 Aulas de Educação Física como mecanismo de Inclusão

As aulas de Educação Física são determinantes no processo de inclusão escolar, já que na maioria das vezes, as mesmas são ministradas em espaços abertos que permite que todos observem, analisem e critiquem positiva ou negativamente. Para o cadeirante a escola pode ser a primeira experiência de inserção e integração com outras pessoas e o professor de Educação Física deve estar preparado na questão do conhecimento das deficiências, para que possa promover a inclusão do aluno portador de necessidades especiais em suas aulas.

Winnick e Joseph (2004) afirmam que enquanto os professores de Educação Física não se conscientizarem sobre a importância que tem ao facilitar a participação dos alunos portadores de deficiência, estes continuarão do lado de fora, sem fazer nada, olhando os outros participarem e imaginado como seria sentir essa emoção.

Itani *et.al.* (2004) afirma que praticar atividades físicas proporciona bem-estar físico e psicológico em pessoas portadores de deficiência, restabelece a autoestima e diminui a depressão provocada pelo impacto da nova realidade, facilitando a reintegração à sociedade.

O professor pode selecionar as atividades em função do comprometimento motor, idade ou desenvolvimento intelectual, isso não deveria ser impedimento para que crianças com qualquer nível de deficiência possam participar da maioria das atividades propostas. (CIDADE e FREITAS, 2008).

Costa (2000), afirma que a atividade física em grupo permite que seus integrantes possam adquirir uma identidade social ao reforçar sentimento de

confiança e grande amizade com outros participantes em uma relação de companheirismo, responsáveis por comportamentos afetivos positivos.

A aula de Educação Física deve favorecer a construção de uma atitude digna e de respeito próprio por parte do portador de necessidades especiais e a convivência com ele pode possibilitar a construção de atitudes de solidariedade, respeito, aceitação e sem preconceitos. As adaptações das atividades podem ser importantes para que cadeirante e não cadeirantes na construção do processo de interação em classe regular, estimulando as mais diversas possibilidades que favoreçam a inclusão (Brasil, 1998).

Winnick e Joseph (2004) sugere que antes de decidir o que ensinar a esses alunos, deve-se analisar o currículo da Educação Física regular, para que possa determinar as modificações necessárias para a inclusão desses alunos portadores de deficiência em ambientes regulares.

Jannuzzi (2004) considera que alunos portadores de necessidades especiais e crianças ditas normais possuem mais semelhanças do que diferenças, considerando as potencialidades e possibilidades, por isso a integração deveria ser progressiva, através do entrosamento entre o sistema regular de ensino e a educação especial, para que o deficiente passe a aceitar na escola e na sociedade.

Muitas pessoas com necessidades especiais ainda não estão matriculadas em escola regular, para que esse panorama possa alterar-se é necessário um maior conhecimento das leis por partes dos educadores e familiares, já que não existe respaldo legal para recusar a matrícula de qualquer pessoa. Além disso, as leis sobre inclusão existem há tempo suficiente para as escolas terem capacitado seus professores e aprimorado a acessibilidade física e pedagógica à todos os alunos.

Se por algum motivo esse cidadão for recusado pela escola, o mesmo poderá procurar o estado para que esse garanta seus direitos, pois discriminar uma pessoa em razão de sua deficiência é crime, pois diversas leis asseguram que as pessoas com necessidades especiais não sejam excluídos da escola regular por motivos injustos, prevendo uma sanção caso isso ocorra. De acordo com artigo 8º da lei 7.853, de 24 de outubro de 1989:

Constitui crime punível com reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público

ou privado, por motivos derivados da deficiência que porta (VADE MECUM, 2009, p. 1413).

O movimento de inclusão se torna necessário, pois a sociedade, como demonstrado por dados históricos, exclui os diferentes. No sistema educacional conviveu-se com a educação regular para as pessoas consideradas normais, já os indivíduos com necessidades especiais estudavam em escolas especiais. Essa inclusão educacional de acordo com Gurgel (2007, p. 39): “[...] Há dez anos, quase 90% das matriculados frequentavam instituições especiais, hoje são apenas 53% nessa situação [...]”.

A partir desses dados é possível concluir que nosso país avança para uma inclusão de pessoas com necessidades especiais nas escolas, mas é necessária uma melhoria da estrutura física e humana nas escolas para propiciar aos alunos uma verdadeira aprendizagem. Uma missão difícil que exige preparação das escolas para suprir as necessidades dos alunos, como assegurado pelo artigo 2º, inciso I da lei nº 7.853 de 1989, que afirma sobre os portadores de deficiência:

- d) o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial a nível pré-escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a 1 (um) ano, educandos portadores de deficiência;
- e) o acesso de alunos portadores de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo;
- f) a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino; (VADE MECUM, 2009, p. 1411)

Para assegurar os princípios contidos no artigo citado, seria necessária uma especialização dos educadores para os variados tipos de deficiência, além de uma reestruturação física nas escolas para tornar possível o acesso a todas as áreas pelos alunos, sejam esses portadores de necessidades especiais ou não.

Escolas inclusivas são acessíveis a todas as pessoas da sociedade. Dessa maneira é essencial a presença de educadores capacitados para com diferenças e que promova a acessibilidade física e de comunicação, além do atendimento educacional especializado.

O processo de inclusão requer uma equipe de apoio nas escolas a fim de oferecer suporte aos professores especializados em educação especial. Profissionais especializados são de grande importância para assessorar as dificuldades da equipe técnica da escola.

Há vários direitos que beneficiam pessoas com necessidades especiais e esses direitos têm ganhado destaque apesar do lento processo para se conquistar o acesso à educação dessas pessoas (MENDES, 2006).

A Lei 5692/71 aponta objetivos semelhantes para a educação comum e a educação especial, incluindo a preparação para o trabalho e para o exercício da cidadania. As duas leis citadas confirmam a gratuidade dessa modalidade de ensino, todavia confundem o atendimento educacional com atendimentos médico-sociais e psicológicos e permitem o envio de verbas públicas para o ensino privado (MAZZOTTA,1995).

A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96 resguarda o caráter específico do atendimento educacional especializado, que se destina àqueles portadores de necessidades especiais que dele necessitam (BRASIL, 1998).

A inclusão de deficientes na educação regular é constada na LDBEN 4.024/61, no Art. 2º a qual diz que todos têm direito a educação. Porém, no Art. 88 há uma condicional, ou seja, apenas “se houver” possibilidade deve-se inserir um deficiente na rede regular de ensino, para que ele seja incluso na sociedade (BRASIL, 1961).

De acordo com a LDB 9394/ 96, Art. 58º, § 1º, a educação especial é compreendida como um modelo educacional disponibilizado opcionalmente pela escola, para alunos que tenham algum tipo de limitação. No Art. 59º, III, da mesma Lei, os professores devem obter uma especialização própria para trabalhar com pessoas especiais e se tornarem capazes de serem mediadores da inclusão desses alunos no contexto escolar (Brasil, 1996).

CONSIDERAÇÕES

A inclusão nos mostra que é preciso a preparação da sociedade para lidar com todas as pessoas, com suas diferenças e semelhanças. E assim é com a escola, que deve estar preparada para todos os alunos, sejam estas pessoas com ou sem deficiências.

Para se desfrutar da inclusão escolar é necessário que haja mudanças na sociedade, para que deficientes sejam vistos como cidadãos normais. Fatores como reestruturação no sistema de ensino, formação de profissionais competentes, interdisciplinaridades, são determinantes na ação da inclusão. A Educação Física escolar auxilia na inclusão, porém é necessário que haja uma transformação no geral para que o aspecto da inclusão seja reconhecido.

É papel do professor de Educação Física desenvolver os aspectos físico e mental do seu aluno, promover a interação dele com os outros colegas, adaptar atividades para que este aluno participe das aulas. A contribuição do processo de inclusão não traz conhecimentos só para alunos com necessidades especiais, mas traz experiências também para colegas e professores.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, H.P., BARROS, F.J. O nível de participação do estado na gestão do esporte brasileiro como fator de inclusão social de pessoas portadoras de deficiência. **Revista Brasileira de Ciencia e Movimento**. Brasília, v.12, nº 1, 2004. . Disponível em:<<http://www.luzimarteixeira.com.br/wp-content/uploads/2010/10/participacao-do-estado-na-gestao-do-esporte.pdf>>. Acesso em 05 abr. 2014

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física**, Brasília, 1998. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/fisica.pdf>>. Acesso em 05 abr. 2014.

_____. **Ministério do Trabalho Emprego**. Empregabilidade das pessoas com deficiência. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/noticias/conteudo/7356.asp>>. Acessado em: 06 Abr. 2014.

_____. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Legislação Básica da Educação. Brasília, 1996. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2014.

_____. Presidência da República. **Lei n. 4.024 de 20 de Dezembro de 1961**. Dispõe sobre a Lei de Diretrizes e Bases. São Paulo. 1961.

_____. **Senado Federal. Lei nº5.692, de 11 de Agosto de 1971**. Fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em:<[http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/L5692 71.htm](http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/L5692%2071.htm)>. Acesso em: 30 mar. 2014.

_____. Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação básica. **Secretaria da Educação Especial**. MEC, SEESP, 2001.

BOARIN, L. M. M. S. Reflexões sobre Necessidades Especiais e Deficiência Mental: Caminhos Percorridos. **Periódico de Divulgação Científica da FALS** Ano I – n. 01- Novembro de 2007. Disponível em:< <http://www.fals.com.br/revela14/necessidades.pdf>>. Acesso em 15 Jun. 2014.

BUENO, S. T.; RESA, J.A.Z. **Educacion Fisica para niños y niñas com necesidades educativas especiales**. Malaga : Ediciones Aljibe, 1995.

CIDADE, R.E.; FREITAS, P.S. **Educação Física e Inclusão: Considerações para a prática pedagógica na escola**. 1997. <http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/sobama>. Acesso em 19 abr.2014.

CIDADE, R.E.; FREITAS, P.S. Educação Física e Inclusão: Considerações para a prática pedagógica na escola. <http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/sobama>. Acesso em 19 abr.2014

CRUZ, Tadeu. **Organização, sistemas e métodos**. São Paulo: Atlas, 1997.

DURAN, M. G.; PRADO, A. R. A. **Acessibilidade nos estabelecimentos de ensino. Brasília. Anais.** Brasília: Ministério da Educação, 2006. v. 1, p. 137-142. Disponível em:<
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000138&pid=S0101-3289201100010000600007&lng=en>. Acesso em 15 Abr. 2014.

FALKENBACH, P.A., CHAVES, E.F., NUNES, P.D., NASCIMENTO, F.V. A inclusão de crianças com necessidades especiais nas aulas de Educação Física na Educação Infantil. **Movimento, Porto Alegre**, v.13, nº 2, 2007. Disponível em:<
<http://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/3544/1946>>. Acesso em 15 Abr. 2014.

FIGUEIREDO, L. C. **As diversas faces do cuidar.** 2009. São Paulo: Escuta.

GUIMARÃES, A. Inclusão que funciona. **Nova Escola**, São Paulo, n. 165, p.43-47, set. 2003.

GLAT, R. A integração social dos portadores de deficiência: uma reflexão. Rio de Janeiro, Sette Letras, 1995.

GURGEL, T. **Inclusão, só com aprendizagem.** Nova Escola, São Paulo, ed.206, p.39 e 41, out.2007.

ITANI, D.E.; ARAÚJO, P.F.; ALMEIDA, J.J.G. Esporte Adaptado Construído a Partir das Possibilidades: Handebol Adaptado. Disponível em:<
<http://www.efdeportes.com/>>. **Revista Digital. Buenos Aires.** Ano 10. nº. 72- Maio 2004. Acesso em 18 fev.2014

JANNUZZI, G. Algumas Concepções de Educação do Deficiente. **Revista Brasileira de Ciência do Esporte.** Campinas, v.5, n.3, p. 7-8, maio 2004. Disponível em:<
<http://www.uniesp.edu.br/unisuz/interfaces/downloads/educacao-1/artigo-11.pdf>>. Acesso em 20 Mai. 2014.

LINHARES, P. **Fundamentos Psicoevolutivos de la Educación Física Especial.** Granada, Ed.Universidad de Granada, 1994.

MANZINI, E. J.; DELIBERATO, D. Portal de ajudas técnicas para a educação: equipamento e material pedagógico para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física– recursos para a comunicação alternativa. Brasília: Mec/Secretaria de Educação Especial,2006. Fascículo 2

MAZZOTTA, Marcos José S. **Educação especial no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1995.

MENDES, E.G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, vol. 11, nº 33, 2006.

MORAES, M. G. Acessibilidade e Inclusão Social em Escolas. **[Monografia]. BAURU 2007.** Disponível em:<
<http://www.fc.unesp.br/upload/pedagogia/TCC%20Marina%20Grava%20-%20Final.pdf>>. Acessado em: 16 de Jun. 2014.

OLIVEIRA, I. L. **Dimensão estratégica da comunicação no contexto organizacional contemporâneo: um paradigma de interação comunicacional dialógica**. Tese (Doutorado) – UFRJ, Escola de Comunicação, 2002.

PEDRINELLI, V. J. **Educação Física Adaptada: Conceituação e Terminologia**. In: Educação Física e Desporto para Pessoas Portadoras de Deficiência. Brasília. 1994.

SANT'ANA, M.I. Educação Inclusiva: concepções de professores e diretores. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 2, 2005. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/pe/v10n2/v10n2a09.pdf>>. Acesso em: 10 Mai. 2014.

SILVA, M.M.P. da. O Portador de altas habilidades na visão de professores da educação infantil e do ensino fundamental. 2001. **Dissertação (Mestrado)** - UNESA, Rio de Janeiro.

SILVA, S.C., NETO, S.S., DRIGO, J.A. Os professores de Educação Física adaptada e os saberes docentes. **Revista Motriz**, Rio Claro, v. 15, nº 3, 2009. Disponível em: < <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/motriz/article/view/2132/2398>>. Acesso em: 10 Mai. 2014.

SILVA, M. M. P. O contexto educacional da Criança Portadora de Necessidades Educativas Especiais: a importância do Professor. **Saber Digital: Revista Eletrônica do CESVA**, Valença, v. 1, n. 1, p. 159-166, mar./ago. 2008. Disponível em: < http://www.faa.edu.br/revista/v1_n1_art09.pdf>. Acesso em: 10 Jun. 2014.

TANAKA, E. D. O. Acessibilidade: um dos caminhos para auxiliar na inclusão. **Rev. bras. educ. espec.** vol.12 nº 1 Marília Jan./Apr. 2006

VADE MECUM. Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos e Livia Céspedes. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

WINNICK, I.; JOSEPH, P. **História do Esporte Adaptado. Educação Física e Esportes Adaptados**. Trad. Fernando Augusto Lopes. 1ª Ed. Bras. Barueri-SP Ed. Manole. 2004.